



Proposta
Mestrado Profissional
Políticas Públicas e Gestão Governamental

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

BRASÍLIA
2024



1. APRESENTAÇÃO

O IDP é um conceituado centro de estudos e de reflexões sobre Administração Pública, Economia, Direito, Comunicação, Relações Internacionais, Arquitetura e Engenharias. Com foco no setor público, o IDP, inicialmente, voltou-se para a realização de iniciativas que buscavam desenvolver em seus alunos o interesse pelo ensino do Direito e pela pesquisa jurídica.

Com a consolidação da oferta de cursos na área do Direito, que atualmente conta com a graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu, o Instituto passou a ampliar gradualmente sua atuação para a área de Administração Pública, Economia, Comunicação, Relações Internacionais, Arquitetura e Engenharias, estimulando seus estudantes à conquista de conhecimentos que os levassem a participar, de modo cada vez mais intenso, do debate dos problemas econômicos e sociais do País.

Os professores que integram o quadro docente da graduação e das especializações, além se destacarem pela alta e diversificada qualificação acadêmica, também se caracterizam por desempenharem funções relevantes nos altos e médios escalões do setor público. A situação se repete no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração Pública: dentre os integrantes do quadro docente constam professores que exerceram e exercem papéis centrais na Administração Pública brasileira.

O Corpo Docente do Programa foi concebido, portanto, com base em dois critérios principais: formação acadêmica sólida e experiência profissional. No caso da qualificação profissional, buscou-se profissionais que tivessem inserção atual - ou em passado recente - na administração pública brasileira nas mais diferentes formas. Nesse sentido, o curso é composto por profissionais com experiência nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em diferentes ramos de Governo (Federal e Estadual) e que trabalham diretamente no setor público ou indiretamente como pesquisadores ou consultores na área de gestão pública.

Entende-se que esse é um aspecto fundamental da proposta, uma vez que permitirá expor, analisar e discutir com os estudantes do doutorado os desafios atuais da gestão pública brasileira. Além disso, a composição do corpo docente favorece uma aplicação célere do ferramental teórico exposto em cada uma das disciplinas à realidade da Administração Pública, o que acentua o caráter “profissional” do curso, que não apenas se manifesta na seleção dos estudantes, mas que já está fortemente presente na composição do Corpo Docente.

Completando mais de vinte e cinco anos de atividades, o IDP reafirma o propósito para o qual foi criado: tornar-se um centro de excelência no conhecimento da Administração Pública, Direito, Economia e conhecimentos interdisciplinares aplicados, tanto no Brasil quanto perante a comunidade acadêmica internacional.



2. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

2.1. Área de Concentração: Políticas Públicas, Democracia e Desenvolvimento

A área de concentração “Políticas Públicas, Democracia e Desenvolvimento” dedica-se ao estudo da relação entre as instituições democráticas e o desenvolvimento econômico e social, com foco particular no Brasil. Um dos aspectos fundamentais dessa área de concentração é o estudo dos efeitos de políticas governamentais e do papel exercido pelas instituições democráticas na produção de bem-estar coletivo. Embora o nexo de causalidade entre democracia e desenvolvimento seja tema ainda disputado na literatura contemporânea, há pouca discordância na Ciência Política atual de que democracia – concretizada na garantia de direitos fundamentais e na existência de instituições inclusivas e conectadas com o cidadão livre –, e desenvolvimento se reforçam mutuamente, de forma que avanços em um tendem a produzir avanços no outro.

Nesse sentido, o Mestrado em Ciência Política do IDP buscará formar profissionais com o rigor teórico e analítico necessários para que explorem com a segurança do método científico esse amplo leque de desafios decorrentes dessa relação dentre Políticas Públicas, Democracia e Desenvolvimento, preparando-os para atuar no processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. É fundamental, na visão do programa, que os governos disponham de um ambiente em que os tomadores de decisão estejam munidos não apenas de ideias, mas de evidências que os orientem sobre impacto, abrangência, viabilidade e outros aspectos que afetam a qualidade das ações governamentais, sobretudo que permitam a realização de políticas públicas eficazes para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Similarmente, o Mestrado do IDP parte da premissa de que as bases do desenvolvimento econômico e social são sustentadas também pela atuação de atores privados e organizações de interesse público, que dependem de um ambiente seguro e previsível para investirem e realizarem transações de curto, médio e longo prazos. Essa relação entre Estado e Mercado é particularmente importante nos países da América Latina, os quais passaram por uma democratização tardia (no que ficou conhecido como a terceira onda de democratização) e veem, ainda com desconfiança, a capacidade de ação empoderada do Estado, outrora autoritário.

A terceira onda de democratização protagonizada por países da América Latina e do Leste Europeu entre as décadas de 1980 e 1990 trouxe consigo, ademais, incertezas sobre a viabilidade das instituições democráticas após longos períodos de autoritarismo. Uma das principais questões que marcaram esse período e que continuam a intrigar cientistas sociais se refere ao conjunto de instituições capazes de viabilizar o crescimento econômico e a inclusão social em países recém-democratizados. Diversos estudos feitos no Brasil e no exterior vêm apontando para o papel da estabilidade das instituições democráticas para o crescimento sustentável, o que reforça a importância da área de concentração “Democracia e Desenvolvimento”.

Dessa forma, o Mestrado Profissional em Ciência Política do IDP preocupa-se em estudar não apenas a atuação do Poder Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário, fornecendo ao aluno toda a complexidade de suas interrelações. Com isso, profissionais como consultores legislativos, gestores governamentais, técnicos de pesquisa, lideranças políticas, representantes de associações empresariais e profissionais, dentre outros serão capazes de investigar como esse conjunto de instituições contribui para o crescimento econômico e a para a inclusão social, bem como identificar seus limites e distorções.



2.2. Linhas de Pesquisas

2.2.1 Políticas Públicas e Instituições

A linha de pesquisa “Políticas Públicas e Instituições” abrange estudos sobre o papel das instituições democráticas, sobretudo as governamentais, na promoção do desenvolvimento econômico e social. Há uma crescente demanda no mercado brasileiro por profissionais capazes de analisar e avaliar políticas públicas com base em evidências empíricas.

A Análise de Impacto Regulatório (AIR), por exemplo, vem se desenvolvendo no Brasil e seu espaço em instituições representativas como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é crescente. Parlamentares e consultores legislativos têm se preocupado cada vez mais com os efeitos das normas aprovadas pelo Poder Legislativo sobre variáveis como o crescimento econômico, a distribuição de renda, a educação, a saúde e a segurança. A título ilustrativo, em abril de 2021, por exemplo, o Governo Federal lançou o Guia de Análise de Impacto Regulatório, um documento voltado ao aprimoramento de políticas regulatórias. O Guia inclui diretrizes para a avaliação e a elaboração de marcos regulatórios, evidenciando a necessidade de profissionais especializados no tema.

Outra importante área de interesse da linha de pesquisa “Políticas Públicas e Instituições” se refere às instituições democráticas e seus impactos sobre as mudanças sociais e políticas. Nota-se, na Ciência Política contemporânea, uma vasta agenda com foco empírico dedicada a investigar como as instituições políticas, entendidas como as regras do jogo, são fundamentais para o crescimento econômico e a inclusão social. Grandes firmas de consultoria econômica e política reconhecem essa importância e incluem em seus relatórios de análise de risco de investimentos variáveis relativas à configuração político institucional de países emergentes e das principais economias do mundo. A distribuição de poderes entre os entes federados, o comportamento das coalizões de governo, a estabilidade das relações entre os diferentes Poderes da República e a avaliação do governo compõem algumas dessas variáveis.

Outro tema abarcado por essa linha de pesquisa é o estudo das diversas fases do processo de políticas públicas (*policy process*), que envolvem não apenas o desenho, os mecanismos de implementação e avaliação, mas também os agentes participantes dessas etapas. Há uma literatura crescente no Brasil, por exemplo, dedicada a explorar a burocracia em seus vários níveis, do primeiro escalão de governo ao chamado “burocrata de nível de rua”. Parte dessa agenda de pesquisa se justifica pelo fato de que em qualquer governo democrático há sempre muitos processos decisórios simultâneos, complexos e, por vezes contraditórios, disputando um lugar na agenda governamental, o que exige da burocracia um elevado nível de especialização e qualificação.

Dentre os temas de interesse da linha de pesquisa “Políticas Públicas e Instituições” merece destaque o sistema político brasileiro, mais especificamente, o presidencialismo de coalizão. A Ciência Política brasileira e internacional vem trazendo evidências da necessidade de reformas que possam aprimorar o funcionamento do sistema político brasileiro e reduzir seus custos. Em face dessas alterações, os partidos políticos e outras instituições têm buscado compreender seus efeitos sobre o funcionamento da democracia brasileira. Os profissionais formados no Mestrado em Ciência Política do IDP poderão contribuir para a avaliação das mudanças no sistema político brasileiro, auxiliando o Congresso Nacional e outras instituições na elaboração e implementação de importantes reformas.

Integram também a linha de Política e Instituições temas como coordenação e integração de políticas públicas, arranjos de políticas públicas, mudança institucional, modelos de análise, dentre outros. Essa diversidade temática fornece uma ampla margem de



escolha aos alunos, tendo sido pensada para provocá-los constantemente a enfrentar problemas reais e concretos, mantendo-os em sintonia com a modalidade profissional do programa.

2.2.2 Sociedade e Democracia

As relações entre Estado e sociedade são o cerne da segunda linha de pesquisa do Mestrado em Políticas Públicas do IDP. Os estudos dessa linha contemplam a crescente agenda desenvolvida no Brasil sobre organizações da sociedade civil e mecanismos de participação política, como também a área de eleições e comportamento político.

Desde o clássico conceito de repertório de contenção, de Charles Tilly, que associa as estratégias dos movimentos sociais para suas ações coletivas a um processo racional e baseado em leque limitado de técnicas e práticas já testadas para gerar legitimidade social e política, o estudo acadêmico da interação sociedade-estado tem ganhado rigor metodológico e produzido descobertas importantes sobre a atuação de setores pouco articulados com a arena política formal. Apesar da escolha de como se organizar ser profundamente influenciada por experiências passadas e normas sociais, atores constantemente modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de expressar suas demandas. Nesse ponto, os alunos do programa poderão explorar aspectos como desenho institucional, tradição associativa, incentivos à democracia interna nas organizações, dentre outros fatores que os ajudem a compreender como diferentes segmentos da sociedade interagem com o estado e o que as leva a alcançar mais ou menos sucesso em seus pleitos e reivindicações.

É também preocupação dessa linha de pesquisa investigar, por exemplo, como a estratificação social em cenários de intensa desigualdade afeta a relação dos cidadãos com as instituições do Estado e suas preferências como eleitores. Os conhecimentos sobre esses tópicos encontram ampla demanda no mercado brasileiro, que busca compreender para além das consequências econômicas da desigualdade, amplamente explorados nos programas de pós-graduação em Economia, quais são e como funcionam os mecanismos de produção e reprodução de desigualdades políticas. Se por um lado é essencial estudar a alocação orçamentária de diferentes níveis de governo e analisar a efetividade ou qualidade do gasto público, por outro é igualmente importante que se investigue quais são as características daqueles que detém o Poder de decisão ou de influência sobre esses gastos. ‘

Apesar da rica tradição brasileira em estudos eleitorais e de pesquisas de opinião – como os conduzidos por grandes empresas de pesquisa e contratados por grupos empresariais, partidos políticos e outras organizações – a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que formam as Elites políticas no Brasil ainda carece de aprofundamento. O Estudo científico das trajetórias dessas elites políticas, suas atitudes, crenças e suas consequências para o funcionamento das instituições democráticas exige uma formação rigorosa, teórica e metodológica, o que está amplamente previsto no programa de mestrado ora proposto. Nessa perspectiva, os egressos do Mestrado Profissional em Ciência Política do IDP terão sólida formação técnica para a análise e o planejamento de pesquisas de opinião baseadas nas melhores práticas da academia e do mercado e também a formação teórica necessária para compreenderem a complexidade da relação entre a sociedade e arena política. Nesse sentido, o programa de mestrado contribuirá para a qualificação de gestores das três esferas de governo e dos três Poderes da República, bem como consultores privados e profissionais de relações governamentais que atuam na defesa de interesses em um ambiente institucionalizado e desigual que marca as democracias contemporâneas.



3. ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando que o perfil do egresso pretendido deverá ser capaz de lidar com a crescente complexidade da esfera de atuação dos órgãos públicos, o processo formativo do Mestrado contempla disciplinas que relacionam o conhecimento específico da área de Administração Pública com outras áreas, como a Ciência Política, o Direito e a Economia.

O MPPGG-IDP é está organizado a partir da oferta de disciplinas de 02 créditos (32 horas/aula), com exceção da disciplina “Técnicas de Pesquisa” que possui 4 créditos. O estudante deverá cursar 05 disciplinas obrigatórias – totalizando 12 créditos – e 08 disciplinas optativas – contabilizando 16 créditos. Há, ainda, a previsão de 7 créditos para as atividades de elaboração da Dissertação. Ao final do curso, o discente deverá ter cursado 35 créditos.

O curso regular é desenvolvido em até 2 aos letivos (4 semestres), com oferta bimestral das disciplinas. As disciplinas são oferecidas em encontros mensais às quintas e sextas (tarde e noite) e aos sábados (manhã e tarde), o que permite aos interessados conciliar a sua participação no mestrado com o exercício profissional. Ao todo, são realizados 13 encontros mensais de três dias de aulas (quinta, sexta e sábado).

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		
Disciplina	(h/a)	Créditos
Gestão Pública Contemporânea	32	2
Políticas Públicas, Democracia e Desenvolvimento	32	2
Economia, Instituições e Desenvolvimento	32	2
Projeto de Pesquisa	32	2
Técnicas de Pesquisa	64	4

As disciplinas optativas são organizadas, para fins didáticos, em torno de quatro áreas de interesse:

- I. Políticas Públicas, Instituições e Desenvolvimento Social;
- II. Gestão Pública Contemporânea, Política e Modernização do Estado;
- III. Controle da Administração e Combate à Corrupção;
- V. Políticas Públicas, Globalização e Relações Internacionais.

Entre as oito disciplinas optativas que deverá cursar, o estudante poderá optar por qualquer combinação de disciplinas das quatro áreas de interesse, de forma a melhor atender aos objetivos de sua pesquisa.



ÁREA I: POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Disciplina	(h/a)	Créditos
Análise e Implementação de Políticas Públicas e Programas Sociais	32	2
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais	32	2
Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente	32	2
Comportamento Eleitoral e Opinião Pública	32	2
Gênero, Raça e Política	32	2

ÁREA II: GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA, POLÍTICA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

Disciplina	(h/a)	Créditos
Governança e Transformações na Gestão Pública	32	2
Planejamento Estratégico no Setor Público	32	2
Gestão de Projetos no Setor Público	32	2
Burocracia e Políticas Públicas	32	2
Gestão Pública e Partidos Políticos	32	2
Laboratório de Gestão Pública: Inovação no Setor Público	32	2

ÁREA III: CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Disciplina	(h/a)	Crédito
Administração Pública e Tribunais de Contas: Panorama, Complexidade e Perspectivas	32	2
Novos Mecanismos de Combate à Corrupção no Direito Brasileiro	32	2
Democracia, Governabilidade e Transparência na Administração Pública	32	2
Gestão Judiciária e Meios Adequados de Solução de Controvérsias	32	2



ÁREA IV: POLÍTICAS PÚBLICAS, GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS		
Disciplina	(h/a)	Crédito
Política Internacional e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	32	2
Globalização, Instituições Internacionais e Desenvolvimento	32	2
Democracia, Justiça e Desigualdade no Sistema Internacional	32	2
Sociedade Civil Global	32	2

4. COORDENAÇÃO

A Coordenação do curso é realizada pelo **Professor Alessandro de Oliveira Gouveia Freire**, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

5. CORPO DOCENTE

Para o período letivo de 2024, o Corpo Docente do Mestrado em Políticas Públicas do IDP está constituído pelos seguintes professores*:

ALEXANDER CAMBRAIA NASCIMENTO VAZ

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Coordenador do Eixo de Sistemas, Governança e Identificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

CAIO CORDEIRO DE RESENDE

Doutor em Economia pela Universidade de Brasília.
Consultor Legislativo no Senado Federal. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração Pública do IDP.

FERNANDO BOARATO MENEGUIN

Doutor em Economia pela Universidade de Brasília com Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais e na University of California.
Consultor Legislativo do Senado Federal.

FELIPE LOPES DA CRUZ

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília.
Coordenador-Geral de experiência do usuário em canais digitais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



FELIX GARCIA LOPEZ JUNIOR

Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com Pós-Doutorado na Harvard University.

Membro de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

GRACE LADEIRA GARBACCIO

PhD em Direito Ambiental pela Université de Limoges com Pós Doutorado na Université de Paris e na Université de Nice.

Professora Permanente dos Mestrados em Administração Pública e Direito Constitucional do IDP.

HEBER SILVEIRA ROCHA

Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas.

Coordenador de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP.

HUMBERTO FALCÃO MARTINS

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Consultor de Gestão Pública e Fundador do Instituto Publix.

LEANDRO WOLPERT

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Pesquisador e Professor

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Doutora em Estudos Comparativos das Américas pela Universidade de Brasília com Pós-Doutorado na University of Oxford e na University of Princeton.

Secretária Nacional de Planejamento no Ministério do Planejamento e Orçamento.

MÔNICA SAPUCAIA MACHADO

Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Justiça do IDP.

MONIQUE SOCHACZEWSKI GOLDFELD

Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas com Pós-Doutorado na mesma instituição.

Pesquisadora e Professora.

MILTON DE SOUZA MENDONÇA SOBRINHO

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Gestor do Núcleo de Pesquisadores Institucionais (NPI) do IDP e Professor.

NATALIA MASSACO KOGA

PhD em Ciência Política pela University of Westminster.

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).



PAULO ALEXANDRE BATISTA CASTRO

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Professor e Coordenador Adjunto dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração Pública do IDP.

RICARDO GERALDO REZENDE SILVEIRA

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ROBERTO ROCHA COELHO PIRES

Doutor em Políticas Públicas e Desenvolvimento Internacional com Pós-Doutorado na Brown University e na Foundation Nationale Des Sciences Politiques

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Ex-Presidente do IBAMA. Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório Clima.

VINICIUS GUILHERME RODRIGUES VIEIRA

PhD em Relações Internacionais pelo Nuffield College, University of Oxford, com Pós-Doutorado na Princeton University e na Universidade de São Paulo.

Pesquisador e Professor.

VINICIUS SILVA ALVES

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

WEDER DE OLIVEIRA

Mestre em Direito e Doutorando em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo.

Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União (TCU).

* o corpo docente poderá sofrer alterações

6. INGRESSO – PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo do Mestrado em Políticas Públicas é regulamentado por edital próprio e tem por objetivo selecionar os candidatos. De forma resumida, o processo de seleção é dividido em três fases:

1a. Fase: Inscrição

Documentação:

- Currículo
- Produção Acadêmica
- Carta de Apresentação



2a. Fase: Análise da documentação – o candidato será avaliado como ‘Aprovado’ ou ‘Reprovado’. Em caso de aprovação, há convocação para 3ª fase;

3a. Fase: Avaliação oral com banca examinadora – as Avaliações são realizadas no formato remoto e têm duração aproximada de 15 (quinze) minutos por candidato. A banca examinadora leva em consideração a trajetória acadêmica e profissional, a postura, oralidade e desenvoltura do candidato, bem como a capacidade de raciocínio a partir das perguntas apresentadas pela banca de seleção, a motivação, a adequação à proposta do curso e a capacidade de implementar o conhecimento adquirido durante o Programa no desenvolvimento das organizações em que trabalha e da sociedade em geral. É atribuída uma nota de 0 (zero) a 10(dez) pontos à Avaliação, conforme os critérios elencados, e a nota mínima para aprovação é 7 (sete). Em caso de aprovação, há convocação para matrícula.

7. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO

O curso possui carga horária total de 560 horas/aula e a duração de 2 (dois) anos letivos (quatro semestres), incluído o prazo para a elaboração, defesa e depósito final da Dissertação.

8. INÍCIO E HORÁRIOS DAS AULAS

Os encontros ocorrem de maneira mensal, de acordo com os seguintes horários:

- Remotos (semana I):

Terça e quinta: das 19h00 às 21h30;

- Presenciais (semana II):

Quinta (13h00 às 16h30 e 17h00 às 20h30), sexta (13h00 às 16h30 e 17h00 às 20h30) e sábado (08h30 às 12h00 e 13h00 às 16h30).

9. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso será ministrado no IDP São Paulo (Rua Itapeva, 538 – Bela Vista, São Paulo/SP - CEP: 01.332-000).

10. BIBLIOTECA DO IDP

A biblioteca destaca-se pela política de **acervo digital** por meio da qual se adquiriu plataforma de acesso online de diversas obras e periódicos, o que favorece a maior acessibilidade do aluno e, conseqüentemente o aprofundamento de seus estudos.

A plataforma Minha biblioteca está integrada em nosso catálogo online (SOPHIA) e conta atualmente com mais de 7 mil e-books, de diferentes áreas de atuação. A plataforma também pode funcionar como um leitor de livros, dando **maior acessibilidade** ao acervo.

Nossos alunos também possuem acesso ao Periódico CAPES: uma biblioteca virtual



que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Por fim, é também disponibilizado o acesso a Thomson Reuters ProView, plataforma de e-books, e a RT Online, plataforma de periódicos com 34 títulos de Revistas, além das coleções RT Doutrinas.

Aqueles que forem à Brasília, poderão, ainda, encontrar uma Biblioteca física com acervo especializado em Administração Pública e Direito com, aproximadamente, 20 mil documentos, entre livros, obras de referência (dicionários, enciclopédias etc.), coleções especiais, periódicos científicos, CD-ROM e outros materiais audiovisuais.

O acervo bibliográfico inclui obras em português, espanhol, inglês, francês, italiano e uma coleção especial em alemão.

As atividades de rotina da Biblioteca, incluindo a consulta e o empréstimo, são gerenciadas pela base de dados PHL - Personal Home Library. O padrão do registro utilizado pelo PHL baseia-se no formato UNISIST/Unesco, compatibilizado com os padrões internacionais de intercâmbio de informações. O programa de automação possibilita a elaboração de relatórios, dentro das normas da Associação Brasileira de normas técnicas - ABNT, e a consulta ao catálogo e a reserva podem ser feitas via internet.

Além da organização e atualização, a Biblioteca do IDP se caracteriza pela participação ativa na vida acadêmica dos alunos IDP, seja realizando pesquisas bibliográficas, auxiliando na normalização de monografias ou mesmo divulgando eventos, palestras e demais informações de interesse do corpo discente.

11. INVESTIMENTO

De acordo com os períodos de inscrições previstos no item 6 do Edital 1.2024, o(a) candidato(a) aprovado(a) no processo seletivo deverá realizar o pagamento da seguinte taxa de matrícula:

- . Candidato(a) inscrito(a) até o dia 31 de outubro: R\$1.000,00
- . Candidato(a) inscrito(a) a partir de 1º de novembro: R\$2.000,00

O investimento do curso de Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Governamental é apresentado na tabela a seguir, vigente para ingresso no primeiro semestre de 2024.

Condição	Valor unitário	Desconto
À Vista	R\$ 80.476,58	10%

Parcelas	Valor Parcela	Total (unitário)
24 parcelas	R\$ 3.514,88	R\$ 84.357,12
30 parcelas	R\$ 2.980,61	R\$ 89.418,30
36 parcelas	R\$ 2.483,85	R\$ 89.418,60



Os valores apresentados na tabela acima podem ser pagos por meio de boleto bancário ou nota de empenho:

Razão Social: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa Idp - Ltda
CNPJ: 02.474.172/0002-03 (cadastrado no SICAF)
Endereço: Rua Itapeva, 538, Bairro Bela Vista. São Paulo-SP. CEP 01.332-000
Tele/Fax : (61) 99923-9947
E-mail: ppga.atendimento@idp.edu.br
Site: <https://www.idp.edu.br/mestrado/profissional-em-politicas-publicas/matriculas-abertas/>

A PRESENTE PROPOSTA POSSUI VÁLIDADE ATÉ 31 MARÇO DE 2024.

Brasília, 11 de janeiro de 2024



Renan Silveira Holtermann
Gerente Acadêmico

Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do IDP